



CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA DE ORGANIZAÇÃO DE SAÚDE

PROPOSTA DE MELHORIA NA ORGANIZAÇÃO DO ACESSO À ASSISTÊNCIA DE SAÚDE NO MUNICÍPIO DE CAMPO BELO, MINAS GERAIS.

ALICE BARROS PINHEIRO

MAXIMILIANO RIBEIRO GUERRA

1) Introdução

A regulamentação do Sistema Único de Saúde – SUS pela Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990, foi um desdobramento dos princípios constitucionais, tendo como objetivo organizar, em todo território nacional, as ações e serviços de saúde de maneira a garantir a igualdade e universalidade do acesso de forma regionalizada e hierarquizada, obedecendo às diretrizes de descentralização, atendimento integral e participação da comunidade (LIRA, 2006).

Devido à organização das redes de serviços de saúde e o planejamento das ações, na maioria das vezes, ocorrerem de forma fragmentada ou parcial, a garantia ao estabelecimento de referência pactuada é dificultada, deparando-se assim com barreiras físicas e burocráticas para o acesso da população às ações e serviços (LIRA, 2006).

Assim foi criada a Política Nacional de Regulação do SUS, que estabelece ações organizadas em três dimensões de atuação integradas entre elas: Regulação de Sistemas de Saúde, Regulação de Atenção à Saúde e Regulação do Acesso à Assistência, de acordo a aprovação da Portaria 1.559, de 1º de agosto de 2008.

Para que as ações de regulação sejam efetivadas, faz-se necessária a conscientização de que estas ações trazem um ganho expressivo para o SUS, pois reforçam e qualificam as funções de gestão, otimizam os recursos de custeio da assistência, qualificam o acesso e proporcionam aos usuários do sistema uma melhor oferta das ações governamentais voltadas à saúde, de acordo com as Diretrizes para Implantação do Complexo Regulador. (LIRA, 2006)

De acordo com Lira (2006) e Temporão (2008), as ações da regulação assistencial devem ocorrer através da implantação dos Complexos Reguladores, desenvolvendo ações específicas como a regulação das urgências, das consultas especializadas, de exames, de leitos, de equipamentos, entre outros, a fim de orientar uma produção eficiente, eficaz e efetiva das ações de saúde. Desta forma, busca-se contribuir para a melhoria do acesso, da integralidade, da qualidade, da resolubilidade e da humanização dos serviços de saúde.

Lira (2006) explica que o Complexo Regulador consiste na organização do conjunto de ações de Regulação do Acesso à Assistência de Saúde, de maneira articulada e integrada para adequar a oferta de serviços de saúde à demanda que mais se aproxima das necessidades dos usuários do SUS, regulando todo o fluxo da assistência na atenção básica, na média e alta complexidade, garantindo a efetividade, qualidade e prioridade no acesso aos serviços de saúde. Assim, o Sistema de Regulação Assistencial deve ser entendido como uma das funções de fortalecimento da capacidade de gestão, pois é o mecanismo que permite ao Gestor Municipal aperfeiçoar a rede de serviços e garantir o acesso à atenção integral. (VILARINS, 2010).

O Complexo Regulador já é utilizado em vários estados, dentre eles Rio de Janeiro, Minas Gerais, Amazônia, Mato Grosso e Bahia. A responsabilidade fica para os estados e com a nova política, estão sendo transferidas responsabilidades para os municípios, de acordo com a Portaria 1.559, de 1º de agosto de 2008.

De acordo com o censo 2010 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a população da cidade de Campo Belo/MG é constituída por 54.076 habitantes. Campo Belo é município sede da Microrregião Santo Antônio do Amparo/Campo Belo, sendo esta bipolar, integrando a Superintendência Regional de Saúde de Divinópolis da Região de Saúde Macro Oeste de Minas Gerais e exercendo a Gestão Plena de Sistema Municipal. Possui hospital de Referência da Rede Resposta nível II, Unidade de Terapia Intensiva (UTI) do adulto e Programa de Fortalecimento e Melhoria da Qualidade dos Hospitais do SUS (Pro-Hosp). O município também possui o Centro Viva Vida, que é referência para gestantes de alto risco, Centro de Atenção Psicossocial de nível II (CAPSII) e Centro de Atenção

Psicossocial infantil (CAPSi) sendo referência da macrorregião de saúde e responsável pelo atendimento dos 13 municípios vizinhos, abrangendo exames, cirurgias e internações.

Diante dos problemas enfrentados pelo município na área de saúde no que se refere à diferença entre demanda real e à demanda ofertada pelo município, pela falta de organização do fluxo da assistência, pelos altos índices de pedidos de exames e a devido à oneração do orçamento, foi proposta a composição do Complexo Regulador, no intuito de regular a oferta e a demanda na saúde (SÀ, 2009).

Para regularizar as ações da saúde de forma sistemática, é necessário adequar a oferta dos serviços de saúde com a demanda real e de acordo com as necessidades da população, evitando assim a demora no atendimento, a fila da demanda reprimida e propiciando um controle maior do orçamento da saúde (VILARINS, 2010).

Assim no intuito de aperfeiçoar e organizar a relação entre a oferta e a demanda, qualificando o acesso da população aos serviços de saúde no SUS, foi proposta a Implantação do Complexo Regulador no município de Campo Belo-MG dentro da Secretaria Municipal de Saúde.

2) Justificativa

Devido às evidências da dificuldade no acesso à assistência de saúde do Município de Campo Belo-MG, como a demora na marcação de exames, altos índices de demanda reprimida, falta de padronização do fluxo, altos índices de pedidos de exames e extrapolamento do orçamento, foram propostas alternativas para aprimorar e atender o que prioriza o SUS em relação ao atendimento universal e à prestação do cuidado efetivo.

Segundo Sá (2009), o controle e avaliação consistem em instrumentos que integram o diagnóstico situacional de saúde de um município, possibilitando que os problemas sejam detectados, as prioridades estabelecidas e as alternativas de solução propostas. Incluindo ações realizadas em coerência com aquelas propostas, possibilitam a redefinição das prioridades e reorientação das práticas de saúde. A dimensão do controle e avaliação é muito importante, tendo em vista que a elaboração do diagnóstico situacional permite uma compreensão mais abrangente de uma determinada realidade, favorecendo uma ação mais eficaz sobre a mesma.

Assim a implantação do Complexo Regulador no município de Campo Belo-MG, tem por objetivo garantir o acesso aos serviços de saúde de forma adequada; garantindo os princípios da equidade e da integralidade da população aos serviços de saúde. Elaborando, implantando os protocolos de regulação, diagnosticando, adequando e orientando os fluxos da assistência, para assim implantar as ações de planejamento, controle, avaliação e auditoria para melhoria da assistência de saúde do município.

3) Objetivo Geral

- Implantar o Complexo Regulador das ações de saúde no município de Campo Belo/MG, para organizar as ações de regulação do acesso à assistência de maneira sistemática, buscando adequar a oferta dos serviços de saúde à demanda que mais se aproxima das reais necessidades da população.

4) Objetivos Específicos

- Organizar os serviços de assistência à saúde de acordo com a necessidade dos usuários;
- Regular a oferta e a demanda do município e dos referenciados através da Programação Pactuada e Integrada (PPI);
- Implantar protocolos clínicos, padronizando os pedidos de exames e encaminhamentos para especialidades;
- Garantir o acesso da população referenciada;

Padronizar os fluxos assistenciais da população do município e os referenciados

5) Metodologia e Desenvolvimento

Para o desenvolvimento da intervenção proposta, serão realizadas:

- Apresentação do Projeto de Implantação do Complexo Regulador no setor de saúde ao respectivo gestor Municipal para obtenção de autorização e suporte;
- Apresentação da proposta para as equipes de saúde do município, com esclarecimento do funcionamento e composição do Complexo Regulador;
- Designação dos cargos/funções pela Gestão Municipal para assim compor uma equipe estruturada para regular, controlar, avaliar e auditar os serviços de saúde;
- Capacitação para a equipe, abordando o que é o Complexo Regulador, como funciona e as suas finalidades dentro do SUS, através de treinamento a ser realizado por meio de palestras semanais, durante um mês;
- Disponibilização pela Secretaria de Saúde de área física para a sala do Complexo Regulador composto por: Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria;
- Implantação do Complexo Regulador pela Gestora Municipal, na Secretaria Municipal de Saúde;
- Organização pela Equipe do Complexo Regulador (Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria) do acesso à rede de Assistência de Saúde local, de acordo com a realidade do município,
- Desenvolvimento do Plano Municipal da Regulação de Saúde, estruturando funções e especificações de cada setor;
- Levantamento da demanda reprimida, cota real de exames e consultas especializadas, a fim de entender o foco do problema no acesso a assistência;
- Levantamento das PPI dos 13 municípios de referência, para conhecer a cota pactuada com cada um, evitando assim extrapolações de cotas e aumento dos orçamentos;

- Desenvolvimento do Protocolo Clínico e Protocolo da Assistência à Saúde pela equipe de Regulação conjuntamente com as equipes de Atenção Primária e Secundária de Saúde, com a participação dos médicos especialistas, para organizar o acesso à Assistência de acordo com o preconizado pelo Ministério da Saúde;
- Elaboração dos fluxos da Assistência à Saúde de acordo com a realidade do município e dos referenciados, evitando a demora no atendimento, demanda reprimida e a falta de informação para o paciente;
- Reunião com os gestores dos municípios vizinhos para explicação acerca da adoção de tal modelo de atenção e sobre o fluxo da assistência;
- Reforço e divulgação dos protocolos, dos fluxos assistenciais e do Plano da Regulação para toda a equipe de saúde e municípios vizinhos;
- Desenvolvimento de palestras e reuniões, de acordo com as necessidades identificadas, com as equipes de saúde da Atenção Primária e Secundária dos municípios referenciados, reforçando a importância de seguirem os protocolos e fluxos da assistência;
- Controle do número de exames e consultas especializadas, de acordo com a cota disponível e a quantidade já marcada, criando um mecanismo para acompanhamento das metas mensais, por meio de planilhas, que é o procedimento mais viável, sem custo;
- Discussão mensal da equipe de Regulação sobre os pontos positivos e pontos negativos das ações implantadas, através dos levantamentos realizados pelo setor de Controle e Faturamento da Secretaria local;
- Reavaliação anual do Plano da Regulação, Protocolos e Fluxos da Assistência.

6) Resultados Esperados

Com a realização da intervenção proposta, almeja-se alcançar:

- Acesso à assistência à saúde em tempo hábil, com qualidade e priorizando os casos urgentes;
- Redução da demanda reprimida para marcação de consultas especializadas e exames,
- Fluxos do acesso à assistência bem definidos, padronizados e entendidos por toda a equipe de saúde,
- Números de cotas para consultas e exames de acordo com a demanda real do município,
- Protocolos Clínicos e Protocolo de Assistência à Saúde definidos de acordo com os princípios do SUS e de fácil acesso para toda equipe de saúde e municípios vizinhos,
- Diminuição de gastos desnecessários com a saúde.

7) Cronograma

AÇÕES	TEMPO											
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ag o	Set	Out	Nov	Dez
Apresentação do Projeto para a gestão local	x											
Apresentação da proposta para as equipes de saúde		X										
Designação dos cargos/funções		X	X									
Apresentação para a equipe do funcionamento			X									
Capacitação da equipe de Regulação			X	X	X							
Disponibilização de área física para instalação da equipe			X									
Implantação do Complexo			X									
Organização do Acesso a Assistência de Saúde				X	X	X	X	X	X	X	X	X
Desenvolvimento do Plano Municipal da Regulação de Saúde				X	X	X	X	X	X	X	X	X
Levantamento da demanda reprimida, cota real de exames e consultas especializada				X	X	X						
Levantamento das PPI dos 13 municípios de referência				X	X	X						
Desenvolvimento dos Protocolos				X	X	X	X	X	X	X	X	X
Elaboração dos Fluxos da Assistência à Saúde				X	X	X						
Reuniões com os gestores dos municípios vizinhos e equipes de saúde							X	x	x			
Controle do número de exames e consultas							X	x	x	X	X	x
Discussão sobre pontos positivos e pontos							X	x	x	X	X	x

negativos das ações implantadas												
Reavaliação anual												x

8) Orçamento

O Secretário Municipal de Saúde será responsável pelos custos do orçamento proposto. Contemplará os recursos financeiros e materiais nos recursos próprios da Secretaria Municipal de Saúde (SMS). Já os recursos humanos serão através de concurso público promovido pela prefeitura municipal do município.

Orçamento proposto

ORÇAMENTO			CUSTO	
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	UNITÁRIO	TOTAL
1	Mão de obra da equipe	10 pessoas	R\$ 1.500,00	R\$ 15.000,00
2	Fluxos Assistenciais	5	R\$ 50,00	R\$ 250,00
3	Protocolos	1	R\$ 50,00	R\$ 50,00
4	Palestras	2	R\$ 100,00	R\$ 200,00

9) Referências

- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Censo 2010**. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=311120&search=minas-gerais|campo-belo>. Acesso em: 19 de out. de 2015.
- LIRA, Antonio Carlos Onofre. **Manual de Implantação de Complexos Reguladores**. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção a Saúde, Departamento de Regulação, Avaliação e Controle de Sistemas, Versão 1.0, Biblioteca de Saúde, Revista de Saúde 2006. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/DiretrizesImplantComplexosReg2811.pdf>. Acesso em: 19 de out de 2015.
- LIRA, Antonio Carlos Onofre. **Diretrizes para implantação de Complexos Reguladores**. Ministério da Saúde, Séries Pactos pela Saúde, Volume 6. Biblioteca de Saúde, Revista de Saúde 2006. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/DiretrizesImplantComplexosReg2811.pdf>. Acesso em: 10 out. 2015.
- Sá, Ana Lúcia da Hora; Lima, Elizandra Ferreira de; Silva, Ricardo Ernestino da. **Contribuições do controle, avaliação e auditoria com a gestão municipal do Sistema Único de Saúde: a experiência do município de Olinda – Pernambuco**. Monografia-Fundação Oswaldo Cruz, Recife 2009. Disponível em: <http://www.cpqam.fiocruz.br/bibpdf/2009sa-alh.pdf>. Acesso em: 12 de abr. 2016.
- TEMPORAO, José Gomes. PORTARIA Nº 1.559, DE 1º DE AGOSTO DE 2008. Ministério da Saúde, 2008. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2008/prt1559_01_08_2008.html. Acesso em: 10 de out. de 2015.
- VILARINS, Geisa Cristina Modesto. **Regulação do Acesso à Assistência: conceitos e desafios**. Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, Brasília. Revista Ciências Saúde, Brasília 2010. Disponível em: http://www.escs.edu.br/pesquisa/revista/2010Vol21_1art10regulacao.pdf. Acesso em: 19 de out. de 2015.